

Ano XXIV nº 6374 – 05 de junho de 2021

Caixa insiste em elevar participação dos empregados e cria impasse em negociações

A direção da Caixa Econômica Federal continua intransigente nas negociações com os empregados, insistindo em elevar abusivamente a participação dos bancários no Saúde Caixa. O banco quer elevar de 30% para 50% a participação dos funcionários. Atualmente a empresa arca com 70%.

A mudança é baseada na Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR 23).

A imposição da Caixa manteve o impasse nas discussões do GT Saúde da reunião realizada na última quinta-feira, dia 1º de julho.

A representação dos empregados da Caixa reforçou, mais uma vez, que é contra a aplicação da resolução, que transfere custos da empresa para os empregados e que não há previsão no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente de aplicar esta resolução.

Na avaliação dos sindicalistas, "o plano precisa ser economicamente sustentável, mas também financeiramente viável para as pessoas".

O movimento sindical acusa a gestão de Pedro Guimarães a frente da Caixa por sua posição intransigente, que pode custar vidas, caso os trabalhadores não tenham condições de ter um plano de saúde, especialmente neste momento delicado da pandemia.

A Caixa informou que ainda não conseguiu levantar as informações pedidas pela empresa de consultoria atuarial contratada pelo movimento sindical. A próxima reunião do GT Saúde Caixa será realizada amanhã, dia 06/07.

Guedes diz que, se houver 'erro na dose', governo vai consertar reforma do Imposto de Renda

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que o governo está disposto a consertar, durante a tramitação no Congresso Nacional, eventuais erros na reforma do Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas, um dos pontos da reforma tributária.

"Se tiver erro na dose, vamos consertar, não temos compromisso com erros. Mas a reforma está na direção certa, tributar rendimentos de capital e desonerar empresas e assalariados", declarou o ministro.

Questionado sobre críticas de que o governo estaria "dando com uma mão e tirando com a outra" no caso dos assalariados, Paulo Guedes disse que o tema será analisado e, se houver necessidade, corrigido.

Na proposta enviada ao Congresso, o governo aumentou a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, mas limitou o uso do desconto simplificado na declaração anual. Essa mudança, segundo tributaristas, vai acabar aumentando, no ajuste anual, a tributação sobre uma parcela expressiva de assalariados. Ou seja, o governo faria um gesto na direção da classe média de um lado e acabaria prejudicando esse grupo de outro.



INSS divulga novo calendário para prova de vida

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) divulgou novo calendário para segurados fazerem a prova de vida e não terem os benefícios suspensos. O calendário novo inclui os meses de janeiro a agosto de 2022 para quem tem que fazer a comprovação entre maio de 2021 e julho de 2022.

Quem tinha que provar que estava vivo em maio e junho do ano passado terá que fazer o procedimento até 31 de julho para não ter o benefício suspenso. O cronograma da prova de vida anterior ia até dezembro deste ano para quem precisava ter feito a prova de vida até abril deste ano. O segurado que quiser se antecipar ao calendário pode fazer a prova de vida antes.

A prova de vida é obrigatória para aposentados e pensionistas que recebem benefícios por meio de conta corrente, poupança ou cartão magnético. De acordo com o INSS, cerca de 36 milhões de beneficiários devem realizar a prova de vida anualmente para continuar a receber. O procedimento serve para evitar fraudes e garante a manutenção do pagamento.